



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

**ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019/IFRR – Campus Boa Vista**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23229.000694.2018-43**

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Condução de Veículos (motorista).

**RECORRENTE: ÁGUA VIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico por SRP, destinado à contratação de serviços de Condução de Veículo (motorista), a fim de suprir demanda justificada e instruída em processo do IFRR acima mencionado.

O edital em referência está sob a égide da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto nº 3.555/2000.

O presente ato motiva-se no item 10 do instrumento convocatório e demais desdobramentos, os quais preceituam as diretrizes de usufruto do direito de recurso. Havendo satisfação dos requisitos de admissibilidade da intenção registrada, a Administração Pública, representada por esta Comissão de Licitação, obriga-se a expor a análise e decisão acerca do que se alega.

O ato administrativo constitui exteriorização da vontade estatal e, por isso, é dotado de determinadas características não presentes nos atos jurídicos em geral. São características inerentes aos atos administrativos e que decorrem do regime de direito público ao qual se submetem, e que outorgam certas prerrogativas ao Poder Público. Dentre tais prerrogativas, destacamos a presunção de legitimidade, a qual diz respeito à conformidade do ato com a lei; por esse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.

Considerando o direito legítimo de petição da recorrente e inexistência de presunção de legitimidade absoluta, passamos à análise das alegações impetradas.

## **I – DAS RAZÕES**

Registre-se que a Empresa ÁGUA VIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA encaminhou tempestivamente por E-mail, em razão de erro apresentado no sistema comprasnet, conforme demonstrado pela referida empresa, a Peça Recursal, estando esta em concordância com os requisitos estabelecidos em Edital.

A Empresa, ora recorrente, apresenta e requer consideração favorável as seguintes alegações:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

1. A empresa cotou o percentual do RAT (Risco de Acidente de Trabalho) em 1%, quando o correto seria 3%, visto o risco de acidente de trabalho para a categoria é elevado, pois os colaboradores estarão vulneráveis a ações de terceiros (acidentes de trânsito) e viagens intermunicipais constantes, o que eleva e muito a possibilidade ocorrências;
2. Constatamos que na planilha de MOTORISTA, no MÓDULO 4 – CUSTO RE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE, letra B – AUSENCIAS LEGAIS, a empresa cotou o percentual de 0,27% sobre o valor da remuneração (R\$ 3,47), quando o correto seria 0,83% sobre o valor remuneração (R\$ 10,49). Nota-se que ao seu bel-prazer a empresa reduziu o percentual sem nenhuma justificativa e demonstrada por memória de cálculo para comprovar o critério utilizado.
3. verificamos que no MÓDULO 4- CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE, a empresa cotou apenas até a letra E, sendo flagrante a ausência da LETRA F – AUSENCIA POR DOENÇA, cujo percentual seria 0,83% sobre a remuneração, perfazendo o valor de R\$ 10,49 (dez reais e quarenta e nove centavos) e a letra G – INCIDENCIA DOS ENCARGOS DO SUBMÓDULO 2.2 – GPS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES sobre o total do módulo 4 (soma dos valores das letras A, B, C, D, E e F multiplicado pelo Submódulo 2.2 – 34,8%).
4. Importante frisar que os mesmos erros aqui apontados na planilha de MOTORISTA (ausência das letras F e G no módulo 4) foram repetidos nas planilhas de HORA EXTRA 50% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 100% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 50% E HOTA EXTRA 100%.

## II – DA ANÁLISE DO RECURSO

De forma objetiva, passemos a analisar as alegações:

1. Percentual do RAT (Risco de Acidente de Trabalho).

Inicialmente cabe esclarecer que, de acordo com a IN RFB 971/09, o enquadramento nos correspondentes graus de risco é de responsabilidade da empresa, assim, a informação do RAT, FAP e RAT/FAP ajustado é repassado tão somente pelo Licitante, não havendo, ainda, uma crítica desta informação no sistema conectividade social.

Segundo a IN RFB 971/09, o enquadramento será de acordo com a Relação de Atividades Preponderantes e Correspondentes Graus de Risco, elaborada com base na CNAE, prevista no Anexo V do RPS, que foi reproduzida no Anexo I da referida IN, obedecendo às seguintes disposições:

- a empresa com 1 (um) estabelecimento e uma única atividade econômica, enquadrar-se-á na respectiva atividade;
- a empresa com estabelecimento único e mais de uma atividade econômica, simulará o enquadramento em cada atividade e prevalecerá, como preponderante, aquela que tem o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

- a empresa com mais de 1 (um) estabelecimento e com mais de 1 (uma) atividade econômica deverá apurar a atividade preponderante em cada estabelecimento, na forma da alínea “b”, exceto com relação às obras de construção civil.

Assim, o valor a recolher a título de RAT ajustado tem como base de cálculo a folha de pagamento da empresa de acordo com a atividade preponderante, não possuindo a Administração qualquer gerência sobre essa informação, a não ser a exigência de apresentação da GFIP e FAP Web no envio da proposta adequada ao lance vencedor para a devida comprovação do percentual utilizado pela empresa. E assim foi feito. A licitante MeM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO enviou a comprovação, o que pode ser verificado nos autos, fls. 537 e 538, com o RAT ajustado em 1%, datado de 16/01/2019.

## 2. Ausências Legais

Objetivando sanar quaisquer dúvidas que possam comprometer a licitude do procedimento adotado no Pregão Eletrônico 05/2019- Serviços de condução de veículos (motorista), passaremos a analisar o Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943 CLT:

Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

III - por um dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

V - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

Para clarificar a constatação do parágrafo anterior, apresentaremos a seguir os estudos utilizados pelo TCU, descritos no Acórdão nº 1753/2008 - TCU – Plenário, Acórdão 6771/2009 - Primeira Câmara e pela Secretaria de Controle Interno do Supremo Tribunal Federal - SECOI/STF, em relação ao percentual dos Grupos que compõe a remuneração:

**Faltas Legais** - ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo). De acordo com dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. Nesse caso a provisão será de:  $((1/30)/12) \times 100 = 0,28\%$



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

Ainda Sobre o tema Ausências legais (faltas legais), veja o conceito apresentado na IN MPGD 05/2017, Anexo I – DEFINIÇÕES:

VII - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS: custos de mão de obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração. (Grifo Nosso)

E ainda conforme Anexo VII-A - DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

7.11. É vedado ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais

A jurisdicionada afirma, em síntese, que os percentuais utilizados como parâmetro para a elaboração da planilha de custo e formação de preços apresentam custos fixos determinados por instrumento legal e custos variáveis em função de dados estatísticos do licitante, devendo a mesma utilizar com prudência tal discricionariedade.

De acordo com o exposto, e dada a impossibilidade de interferência da Administração em fixar percentuais próprios de responsabilidade das empresas licitantes, vimos como pertinente o percentual aplicado pela MeM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO.

### 3. Ausência de subitens

Esclarecemos que a Administração Pública realiza processo licitatório com a finalidade de eleger a proposta mais vantajosa, vislumbrando a plena execução das atividades, em uma contratação economicamente viável, para ambas as partes envolvidas, a saber: Contratante e Contratado.

Para tanto, em contratos de natureza continuada com dedicação de mão de obra exclusiva, reproduziremos o Preambulo do edital:

Torna-se público que o que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, por meio do Departamento de Compras, sediado na Rua Fernão Dias Paes Leme nº 11, Bairro: Calunga, Cep:69.303-220, realizará licitação, *para registro de preços*, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço *por grupo*, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada *por preço unitário*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações, IN nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital. **(Grifo nosso)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

Note que, em matéria de pregão eletrônico a Lei específica será a 10.520/02, e em razão do objeto, as diversas normas específicas que versam sobre o mesmo. Diante disto, observe a estrutura das planilha de custo e formação de preços, de acordo com a IN SEGES/MPDG 05/2017 e suas alterações, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional em seu Anexo VII-D-MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

**~~Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo. (Revogado pela Instrução Normativa nº 7, de 2018) (Grifo Nosso)~~**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
<b>Total</b>		

Facilmente podemos constatar que, de acordo com a legislação Atualizada em 2018, o Submódulo 4.1 é concluído com o item F, sem qualquer incidência sobre o mesmo.

Não há duvida que uma das finalidades da licitação seja “garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional” (Lei 8.666/93, art. 3º, caput). A questão é saber qual o limite para o formalismo exigido para o processamento da licitação e a partir de que ponto esse formalismo necessário excede a sua finalidade e impede a realização do objetivo da licitação de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração?

Observemos o que determina a IN 05/2017, norma específica aplicada ao objeto em questão, em seu Anexo VII-A - DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA/DCOM

Como regra, o Tribunal de Contas da União entende ser possível permitir que a empresa ofertante da melhor proposta possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. vejamos:

Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

Visando dirimir quaisquer dúvidas acerca do entendimento majoritário, temos que:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário)..

Ainda que houvesse qualquer erro sanável na planilha de custo e formação de preços do licitante, o que não ocorreu, buscaríamos solucionar qualquer inconsistência sanável que se evidenciasse ao longo da fase externa do certame, ação comumente adotada em Órgãos da Administração Pública que se vale da modalidade licitatória denominada Pregão Eletrônico, lançando mão do Princípio da Auto Tutela, vislumbrando a plena execução das atividades, em uma contratação economicamente vantajosa, para ambas as partes, que ofereça serviços adequados e satisfatórios aos usuários.

### III DA DECISÃO

Portanto, no que tange aos questionamentos motivadores da Peça Recursal, todos os parâmetros e normas específicas foram observados e respeitados pela MeM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, não subsistindo qualquer inconformidade com o estabelecido em Norma Legal.

Face ao exposto, concluímos pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso impetrado pela empresa **AGUA VIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, submetendo a presente decisão à Autoridade Superior, conforme inciso VII, do art. 11, do Decreto 5.450/2005.

Atendendo a legislação vigente de acesso a informação, Lei 12.527/11 e Decreto 7.727/12 e em obediência ao princípio Administrativo da Publicidade e Transparência, disponibilizaremos o Recurso, Contra-razão e Decisão do Pregoeiro no site Institucional <http://reitoria.ifrr.edu.br/pro-reitorias/administracao/departamento-de-compras/licitacoes/pregao-eletronico>

Boa Vista – RR, 11 de março de 2019.